

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

**A IMPORTÂNCIA DAS NOVAS CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO
PARA O CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Maria Lucia de Lima

ANÁPOLIS - GO

2009

Maria Lucia de Lima

**A IMPORTÂNCIA DAS NOVAS CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO
PARA O CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Artigo desenvolvido sob orientação da Prof. Ms. Giuliana Brossi como requisito final para a aprovação e obtenção do título de especialista em Docência Universitária pela Faculdade Católica de Anápolis.

ANÁPOLIS - GO

2009

A IMPORTÂNCIA DAS NOVAS CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO PARA O CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

THE IMPORTANCE OF THE NEW CONCEPTIONS OF EVALUATION FOR THE COURSE OF LICENCIATURA IN HISTORY

Maria Lucia de Lima¹

RESUMO

Pesquisa qualitativa desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica realizada com base na coleta e análise de teorias sistematizadas em livros e artigos científicos sobre a avaliação e o perfil do aluno curso de história. O estudo tem como objetivo geral, explicitar a importância das novas concepções de avaliação para o curso de licenciatura em história, e pode ser justificado pela existência de necessidade de adequação dos procedimentos avaliativos a que são submetidos os alunos do curso de história, visando-se destacar a importância de trabalhos de natureza diagnóstica e formativa em detrimento aqueles meramente quantitativos ainda estão presentes na prática educativa superior e que podem ser um elemento influenciador do perfil profissional do futuro professor de história. Posteriormente a realização da pesquisa obteve-se como resultado a comprovação de que as práticas educacionais a-críticas, desprovidas de uma participação ativa dos indivíduos tem perdido espaço no cenário educacional, e no que tange a avaliação, tem sido preconizada a importância de se realizar em todos os graus educativos, procedimentos que são de natureza qualitativa, como é o caso da avaliação diagnóstica e a formativa, especialmente no caso do curso de licenciatura em história no qual, a compreensão que o indivíduo tem dos fatos é mais importante que os fatos em si.

Palavras Chave: avaliação; história; criticidade.

ABSTRACT

Developed qualitative research from a bibliographical revision carried through on the basis of the collection and analysis of theories systemize in scientific books and articles on the evaluation and the profile of the pupil history course. The study I eat you general objective, to explicit the importance of the new conceptions of evaluation for the course of history, and can be justified by the existence of necessity of adequacy of the evaluative procedures the one that are submitted the pupils of the history course, aiming at itself to detach the importance of works of diagnostic and formative nature in detriment those mere quantitative still are gifts in practical the educative superior and that they can be a influential element of the professional profile of the future history professor. Later the accomplishment of the research was gotten as resulted the evidence of that practical educational the-critical, the unproved ones of an active participation of the individuals it has lost space in the educational scene, and in what it refers to the evaluation, has been praised the importance of if to carry through in all the educative degrees, procedures that are of qualitative nature, as is the case of the diagnostic evaluation and the formative, especially in the case of the course of history in which, the understanding that the individual has of the facts is more important that the facts in itself.

Keywords: evaluation; history; criticidade

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e pós-graduanda em Docência Universitária pela Faculdade Católica de Anápolis

INTRODUÇÃO

Na perspectiva de uma educação inserida nas concepções contemporâneas de aprendizagem é preciso que o processo avaliativo também seja remodelado e adaptado às novas perspectivas, vinculando-se mais diretamente a um trabalho de diagnóstico que propicie aos professores a realização de um trabalho mais adequado com as reais capacidades dos alunos. Observa-se que muitas são as discussões sobre a avaliação e no que se refere ao aluno, ela deve ser subjetiva, valorizando seus vários aspectos e não somente o intelectual.

Nesse sentido o estudo objetivou caracterizar o processo avaliativo do professor de história em formação, explicitando os aspectos mais importantes a serem avaliados. Para tanto procurou-se através de uma investigação bibliográfica, expor os principais aspectos relativos ao ensino nos cursos superiores de história e a realização do processo avaliativo dos futuros professores da área.

Preliminarmente é válido ressaltar que um sistema educacional comprometido com o desenvolvimento das capacidades dos alunos, que se expressam pela qualidade das relações que estabelecem e pela profundidade dos saberes constituídos, encontra, na avaliação, uma referência à análise de seus propósitos, que lhe permite redimensionar investimentos, a fim de que os alunos aprendam cada vez mais e melhor e atinjam os objetivos propostos.

1 NOVAS PERSPECTIVAS PARA A AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

É preciso alertar desde já que não é objetivo deste trabalho nem mesmo das discussões atuais envolvendo a educação erradicar a avaliação. O que se busca é destacar o papel de uma modalidade de avaliação que tenha a natureza de diagnosticar e formar o educando. Assim uma avaliação do processo ensino-aprendizagem coerente é aquela em que os alunos participem da realização das atividades e de sua correção, para que tenham a oportunidade de ver suas falhas e desta forma, devidamente motivados trabalhe no sentido de saná-las. Ela pressupõe o atendimento a alguns requisitos básicos conforme é exposto no fragmento a seguir:

Avaliação é parte integrante do processo ensino-aprendizagem. A avaliação requer preparo técnico e grande capacidade de observação dos profissionais envolvidos. A principal função da avaliação é a diagnóstica por permitir detectar, diariamente, os pontos de conflitos geradores do fracasso escolar. Esses pontos detectados devem ser utilizados pelo professor como referenciais para as mudanças nas ações pedagógicas, objetivando um melhor desempenho do aluno. A avaliação tem também, a função classificatória, visando à promoção escolar do aluno ou ao levantamento de indicadores quanto ao *status quo* do indivíduo, num determinado momento, quando este é submetido a testes, provas e exames de caráter específico ou multidisciplinar (pedagógico, médico, fonoaudiológico, psicossocial, etc) (BUENO, 2006, p. 1).

Através do fragmento exposto anteriormente é possível observar que a avaliação não deve ser concebida como um instrumento para quantificar o rendimento dos alunos, apesar de ser uma exigência do sistema de ensino. Ela deve ser tida como um instrumento que viabiliza ao professor, diagnosticar a eficácia e as possíveis falhas de sua atuação pedagógica. Nesse sentido, sua perspectiva classificatória, que ainda é parte do sistema nacional de ensino deve ser relegada a segundo plano, não sendo o principal objetivo do profissional docente ao avaliar.

A passagem de uma avaliação normativa para a formativa, implica necessariamente uma modificação das práticas do professor em compreender que o aluno é, não só o ponto de partida, mas também o de chegada. Seu progresso só pode ser percebido quando comparado com ele mesmo: Como estava? Como está? As ações desenvolvidas entre as duas questões compõem a avaliação formativa (HADJI, 2001).

Na perspectiva de uma educação inserida nas concepções contemporâneas de aprendizagem é preciso que o processo avaliativo também seja remodelado e adaptado às novas perspectivas, vinculando-se mais diretamente a um trabalho de diagnóstico que propicie aos professores a realização de um trabalho mais adequado com as reais capacidades dos alunos.

Observa-se que muitas são as discussões sobre a avaliação e no que se refere ao aluno, ela deve ser subjetiva, valorizando seus vários aspectos e não somente o intelectual.

Um sistema educacional comprometido com o desenvolvimento das capacidades dos alunos, que se expressam pela qualidade das relações que estabelecem e pela profundidade dos saberes constituídos, encontra, na avaliação, uma referência à análise de seus propósitos, que lhe permite redimensionar investimentos, a fim de que os alunos aprendam cada vez mais e melhor e atinjam os objetivos propostos.

O sistema educacional tem preconizado a relevância da dimensão política e social da avaliação, entendida como uma ferramenta que em alguns casos não tem sido usada de forma compatível com o modelo educacional embasado na democracia (HOFFMANN, 2001).

O sistema nacional de ensino necessita de números demonstrativos do processo de aprendizagem, obtendo-os através das notas que os professores atribuem em suas avaliações. Durante algum tempo os professores associaram essa necessidade do sistema educacional com a sua necessidade de avaliação, permanecendo na perspectiva normativa muitas vezes por uma questão de conforto. É chegado o momento da forma de avaliação mudar, pois a nível de formação dos alunos interessa de forma mais direta a avaliação formativa.

Em uma análise imediatista da realidade educacional o que se observa é que a avaliação da aprendizagem teve seu espaço tão ampliado no processo de ensino que a prática educativa formal passou a ser norteadada por um procedimento denominado pedagogia do exame (LUCKESI, 2005).

Através dos fatos presentes no parágrafo anterior visualiza-se uma certa manipulação do Estado sobre o processo de avaliação da aprendizagem, uma vez que ao mesmo tempo em que são defendidos os aspectos políticos e sociais do processo, ao sistema interessa de forma direta apenas os números gerados através da avaliação quantitativa.

Em geral, todos os sujeitos do processo educativo estão com sua atenção voltada para a promoção o indivíduo a uma etapa subsequente. O que interessa diretamente ao sistema são os números que aprovação geral em detrimento a reprovação, e nesse sentido levam os professores a praticarem formas de avaliação quantitativa (LUCKESI, 2005).

Vive-se em educação, um momento em que todos os seus componentes são remodelados em face das características da sociedade atual. Assim a partir do momento em que se colocou em prática os questionamentos para a promoção de uma educação libertado, a avaliação também passou a ter outras características. E dentre estas destaca-se a de diagnostica, ou seja, fornecer ao professor o devido conhecimento em relação aos seus alunos para que ele tenha condições de adequar corretamente seu projeto de trabalho.

Sob a égide do novo paradigma educacional a avaliação deve se direcionar ao diagnóstico do potencial do aluno e suas necessidades para que o

professor tenha a possibilidade de adequar seus procedimentos. Assim, o caráter punitivo da avaliação deixa de ser uma ocorrência comum.

A avaliação no contexto democrático não vê sentido na atribuição de valor aos pontos a serem atingidos, devido à provisoriedade destes (HOFFMANN, 2001).

Verifica-se que assim como o professor deseja que o aluno avance, este também tem esse objetivo, e em muitos casos não se atribui importância ao nível de conhecimento, a aplicabilidade destes na vida cotidiana, mas as notas que em muitos casos podem ser conseguidas com pouco esforço, como é o caso das colas.

Pode-se constatar que os alunos mostram-se condicionados a realizar suas atividades objetivando ganhar pontos, e não de aprender como deveria ser. Assim, na tentativa de forçar e não de motivar os alunos a fazerem as atividades o professor acaba trocando pontos pela ação dos alunos, que em muitos casos agem mecanicamente e não sistematizam o conteúdo em uma verdadeira aprendizagem.

Faz-se urgente a conscientização de todos de que a avaliação é um meio e não um fim em si mesma, de forma que ela é delimitada tanto pela teoria como pela prática a que diz respeito. Nesse sentido ela não pode ocorrer em um vazio conceitual, e sim com base em um modelo teórico de mundo e de indivíduo (LUCKESI, 2005).

A postura docente de utilizar a pontuação das atividades dos alunos como forma de forçá-los a agir não é algo positivo, uma vez que tende a adormecer o interesse real pelo conhecimento, que deve ser algo presente no aluno ativo, em processo de autoconstrução de sua identidade.

De acordo com o novo paradigma educacional a avaliação deve se direcionar ao diagnóstico do potencial do aluno e suas necessidades para que o professor tenha a possibilidade de adequar seus procedimentos, bem como de se manifestar como um momento que ao diagnosticar possa gerar aprendizagem. Assim, o caráter punitivo da avaliação deve deixar de ser uma ocorrência comum no meio educacional.

O rompimento dos limites de uma prática avaliativa tradicional e conservadora requer sua transferência para um contexto pedagógico no qual a preocupação básica seja o mecanismo de transformação da sociedade e não a mensuração quantitativa (LUCKESI, 2005).

A avaliação, ao não se limitar ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar,

sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente através da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno.

A avaliação deve ser entendida como sendo uma reflexão da qualidade do processo de ensino, implicando uma postura sobre a aceitação ou transformação do conhecimento do aluno. Assim vale citar Luckesi (2005) que relata que ela constitui ainda, um julgamento de valor relativo às manifestações importantes da realidade voltada a uma tomada de decisão sobre os procedimentos do professor no processo educacional.

O foco das perspectivas avaliativas efetivamente democráticas vai além do absolutismo e de verdades instituídas. Ela deixa de ser uma imposição, uma forma de castigo, para ser uma apresentação do nível de desenvolvimento e da apresentação das necessidades de adequação, assim como dos pontos que devem ser modificados. É nesse sentido que Hoffmann (2001) relata que a avaliação deve ser uma ação consciente e reflexiva baseada em situações onde os sujeitos se relacionam, assim como no diálogo que estabelecem. A mudança de uma perspectiva conservadora para uma perspectiva formativa do processo avaliativo pressupõe uma revisão da prática pedagógica como um todo, conforme é exposto no fragmento a seguir:

[...] o educador que estiver afeito a dar um novo encaminhamento para a prática da avaliação escolar deverá estar preocupado em redefinir ou em definir propriamente os rumos de sua ação pedagógica, pois ela não é neutra, como todos nós sabemos. Ela se insere num contexto maior e está a serviço dele. Então, o primeiro passo que nos parece fundamental para redirecionar os caminhos da prática da avaliação é assumir um posicionamento pedagógico claro e explícito (LUCKESI, 2005, p. 42).

Através do fragmento anteriormente destacado é possível observar que a mudança da visão de avaliação por parte dos professores está diretamente relacionada com uma mudança geral no que ele entende de ser humano, especialmente de como se dá a aprendizagem, e de como cada um responde a certos estímulos. O que se observa no cotidiano real dos professores, é que esse processo geralmente é feito através de instrumentos padronizados que tratam os alunos de forma homogênea, não considerando os potenciais de cada um. É diante desses fatos que verifica-se que instrumentos compostos de perguntas argumentativas são melhores que aqueles objetivos, como é o caso das famosas provas de marcar X.

Entender os rumos que a avaliação tomou na última década é algo complexo, pressupondo uma reflexão coletiva por parte dos sujeitos do processo

educativo, devido ao fato da principal exigência ser a ênfase na democracia e na cidadania. É importante evidenciar os rumos da avaliação com vistas a melhorias sociais (HOFFMANN, 2001).

De acordo com os aspectos expostos no parágrafo anterior, o professor deve observar e registrar todos os esforços dos alunos, todos os tipos de progressos manifestados em sala de aula, para que através deles possa gerar a pontuação tão necessária ao sistema educacional.

A avaliação dentro de uma perspectiva sócio-interacionista e qualitativa em detrimento a quantitativa, comumente praticada deve dar suporte para evidenciar o que ocorre com o indivíduo, diante dos objetivos delimitados, de forma que a verificação do agir tenha a função de ajudar no processo de melhoria e aperfeiçoamento. Assim, ela deve ser uma decisão sobre os rumos do crescimento equilibrado do ser mediante as regras sociais em que está envolvido (LUCKESI, 2005).

Dentro do contexto caracterizado nesse trabalho, em relação às funções reais da avaliação é necessário que os professores sejam efetivamente conscientizados de que a avaliação é um meio e não um fim em si mesma, de forma que ela é delimitada tanto pela teoria como pela prática a que diz respeito.

A perspectiva avaliativa classificatória choca diretamente com a perspectiva de um ensino democrático, uma vez que ela não apresenta utilidade para ajudar no avanço do aluno, mas para garantir sua estagnação no que concerne a apropriação dos conhecimentos e habilidades mínimos exigidos pelo sistema educativo (LUCKESI, 2005).

A avaliação da aprendizagem deve estar relacionada com as oportunidades oferecidas, isto é, analisando a adequação das situações didáticas propostas, aos conhecimentos que os alunos já trazem consigo, e aos desafios que estão em condições de enfrentar. Essa abordagem vai de encontro à teoria vigotiskiana, na qual o aluno está na zona do desenvolvimento real e o professor deve estimular sua caminhada rumo à zona do desenvolvimento proximal. Ou seja, do que ele é capaz de fazer para aquilo em que ele pode se capacitar. Esses aspectos pedagógicos não podem ser esquecidos no ensino superior, seja qual for a natureza do curso.

O uso da avaliação em uma perspectiva democrática, só poderá acontecer se forem superados o caráter de terminalidade e de medição de conteúdos aprendidos (arraigados nas práticas escolares) a fim de que os resultados

da avaliação possam ser concebidos como indicadores para a reorientação da prática educacional e nunca como um meio de estigmatizar os alunos.

Para evitar um arbítrio momentâneo e emergente do professor no processo de produção dos instrumentos avaliativos, é relevante que os dados mais importantes sejam definidos previamente a aplicação na avaliação (LUCKESI, 2005).

A configuração do processo avaliativo de acordo com o novo paradigma deve ser voltada para o diagnóstico das reais potencialidades dos alunos e de suas necessidades, objetivando levar o professor a adequar seu trabalho de acordo com tais características. Assim, cai por terra o caráter punitivo da avaliação, aquele em que ela não passa de uma medida que estabelecia a quantidade conhecimentos que havia sido colocado dentro da cabeça dos alunos.

Na medida em que o professor está atento ao andamento dos alunos através do sistema de ensino ele terá condições de diagnosticar a eficiência ou não do seu trabalho, podendo determinar os desvios que está ocorrendo (LUCKESI, 2005).

É importante evidenciar os rumos da avaliação com vistas a melhorias sociais. Diante de tal abordagem é possível entender os rumos que a avaliação tomou na última década é algo complexo, pressupondo uma reflexão coletiva por parte dos sujeitos do processo educativo, devido ao fato da principal exigência ser a ênfase na democracia e na cidadania.

No ambiente educacional a avaliação passa a ter um sentido qualitativo e democrático quanto se articula com o projeto de ensino. Pois ela não possui uma finalidade em si, mas cria subsídios para um curso de ação que tem o objetivo de construir um resultado definido de forma prévia (LUCKESI, 2005).

A avaliação deve ser uma decisão sobre os rumos do crescimento equilibrado do ser mediante as regras sociais em que está envolvido. Assim, se efetivamente qualitativa, que valoriza o processo histórico e social do aluno, em detrimento a quantitativa, comumente praticada e para a qual interessam apenas os números, deve dar suporte para evidenciar o que ocorre com o indivíduo, diante dos objetivos delimitados, de forma que a verificação do agir tenha a função de ajudar no processo de melhoria e aperfeiçoamento.

A partir das exposições feitas no parágrafo anterior é possível observar a importância exercida pelo planejamento, no qual o professor deve definir claramente seus objetivos em relação ao processo ensino-aprendizagem, para que na realização da avaliação esses sejam perseguidos.

A avaliação é diferente da verificação, pois pressupõe a coleta, análise e síntese dos dados que compõe o objeto da avaliação, composto também por uma atribuição de valor ou qualidade que ocorre com base na comparação da configuração do que está sendo avaliado com um parâmetro de qualidade estabelecido de forma prévia (LUCKESI, 2005).

Observa-se no âmbito das exposições feitas acima, que há atualmente uma valorização da posição observadora do professor em relação o desenvolvimento de todo processo ensino-aprendizagem, no qual ele pode observar várias situações que lhes permite constatar o nível de evolução dos alunos.

O pleno sentido da avaliação se manifestará à medida em que visar efetivamente à aprendizagem do aluno. Ela poderá ter um comprometimento com uma crítica do rumo da ação educativa, fundamentando novas decisões. Para tanto é importante que os agentes educativos estejam direcionados pelo mesmo objetivo (LUCKESI, 2005).

A importância da avaliação está em dar condições para que decisões sejam tomadas, e na escola elas dizem respeito à mudança da abordagem pedagógica, o que pressupõe uma revisão das metodologias e dos recursos que as compõem. Assim, ela deve ser entendida de forma ampla como análise da eficácia dos processos pedagógicos, diferenciando-se assim da verificação que possui sentido estrito, no qual verifica-se a aprendizagem ou não de um conteúdo, sem a definição de uma nova postura a ser tomada.

O processo avaliativo dentro dos novos moldes, de uma educação centrada no diálogo e na valorização do que o aluno pode produzir deve ainda, atingir a escola, enquanto instituição, utilizando-se instrumento que possa diagnosticar possíveis falhas no trabalho da instituição. Preservando os pontos positivos e buscando sanar as falhas rumo a uma efetiva prática pedagógica construtiva.

Para cumprir seu real significado ela devem estar direcionada a construção da aprendizagem eficaz. Isso será atingido a partir do momento em que ela deixar de ser usada como um recurso de autoridade, que norteia os destinos do educando, assumindo uma função de auxiliar do crescimento pessoal (LUCKESI, 2005).

O processo avaliativo dentro dos novos moldes de uma educação centrada no diálogo, e na valorização do que o aluno pode produzir deve ainda, atingir a escola, enquanto instituição, utilizando-se instrumento que possa diagnosticar possíveis falhas no trabalho da instituição. Preservando os pontos positivos e buscando resolver as falhas rumo a uma efetiva prática pedagógica construtiva.

As instituições educativas estão sendo desafiadas a mudar a lógica da construção do conhecimento e concomitantemente da avaliação, pois se entende atualmente que a aprendizagem ocupa toda a vida do indivíduo. Pois a avaliação sob um enfoque sócio-interacionista é uma projeção para o futuro, apresentando uma forma mediadora baseada no confronto dos objetivos delimitados e alcançados. Ela tem a finalidade de fornecer a instituição condições para a compreensão dos limites e potencialidades do aluno (HOFFMANN, 2001).

O verdadeiro significado da avaliação é diagnosticar a eficiência dos instrumentos e procedimentos de ensino, para que decisões sejam tomadas em nome do bem dos alunos, voltadas para uma decisão do que fazer frente a fracassos detectados. O enfoque sócio-interacionista é aquele onde o processo ensino aprendizagem valoriza o que o aluno traz consigo e procura dar-lhe condições para desenvolver conhecimentos contextualizados aplicados ou aplicáveis em sua vida. A avaliação nessa perspectiva deve diagnosticar o desenvolvimento de competências e habilidades vinculadas à solução de situações reais que fazem parte do cotidiano dos alunos.

1.1 Avaliação diagnóstica e formativa: instrumentos de aprendizagem

Quando se observa a trajetória do processo educativo ao longo da história, visão que foi proporcionada pela análise dos teóricos supra mencionados, verifica-se eficazmente que alguns instrumentos de avaliação permanecem, como é o caso da prova, dos testes e dos trabalhos. O que se modificou foram às bases que sustentam as finalidades da avaliação. Esse aspecto deve ser devidamente informado aos professores, que devem ser constantemente orientados pela equipe pedagógica da escola.

A Avaliação instituída ao sistema educacional pela Lei n. 9.394/96 deve ser constante e continua, uma vez que verificações periódicas fornecem maior número de amostras e assim um diagnóstico mais amplo sobre a evolução dos alunos. Diante do novo modelo educacional a avaliação tem como direção, realizar uma busca de respostas que relatem a qualidade dos conteúdos aprendidos pelos alunos, bem como a capacidade que eles possuem para lidar com as informações. Assim, esta nova modalidade de avaliação deve ser obtida observando a participação dos alunos nas discussões dos conteúdos de forma contínua e cumulativa.

No âmbito de uma educação que favoreça o crescimento intelectual e social dos alunos a avaliação ganha outra roupagem e passa de uma medida quantitativa para uma qualitativa que tem como objetivo fundamental avaliar se o trabalho docente foi eficaz.

Os tipos de instrumentos avaliativos que formam o eixo do processo de avaliação outrora já não mais são aceitos como eficazes. A avaliação na perspectiva de medida quantitativa, na qual por meio de testes e provas media-se a quantidade do conteúdo aprendido pelos alunos não mais responde às perspectivas educacionais. Diante do novo paradigma educacional a avaliação tem como direção, realizar uma busca de respostas que relatem a qualidade dos conteúdos aprendidos pelos alunos, bem como a capacidade que eles possuem para lidar com as informações. Assim, esta nova modalidade de avaliação deve ser obtida observando a participação dos alunos nas discussões dos conteúdos de forma contínua e cumulativa.

A avaliação formal é datada e obrigatória, deve-se ter inúmeros cuidados em sua elaboração e aplicação. Todo o conteúdo da prova deve estar adequado com o que foi trabalhado, durante as aulas de Português escrito, não dando margem a dúvidas. As questões devem, preferencialmente, estar relacionadas umas com as outras, delineando um contexto lógico em toda a prova (BUENO, 2006).

A avaliação deve ser constante e contínua, pois verificações periódicas fornecem maior número de amostras, e podem ser informais (trabalhos, exercícios, seminários, debates, dinâmicas etc). No entanto, o mais relevante é que o aluno conheça suas dificuldades para poder afirmar seus acertos. Isso garante a eficácia da avaliação (TEIXEIRA, 2006).

Um sistema educacional comprometido com o desenvolvimento das capacidades dos alunos, que se expressam pela qualidade das relações que estabelecem e pela profundidade dos saberes constituídos, encontra, na avaliação, uma referência à análise de seus propósitos, que lhe permite redimensionar investimentos, a fim de que os alunos aprendam cada vez mais e melhor e atinjam os objetivos propostos.

Considerando que o que é avaliado não é visível a olho nu, avaliar transcende ao olhar do professor para a criança como sendo meramente seres observados, ou seja, a intenção pedagógica avaliativa favorece com contribuições para que o profissional docente possa levantar objetivos e realizar um planejamento das atividades.

A avaliação diagnóstica serve de instrumento de verificação dos resultados planejados que estão sendo obtidos, assim como para fundamentar decisões que devem ser tomadas para que os resultados sejam construídos. Dentro deste contexto a avaliação é tida como ato subsidiário do processo de construção de resultados satisfatórios. A atividade de avaliar caracteriza-se como um meio subsidiário do crescimento e meio subsidiário da construção do resultado satisfatório (LUCKESI, 2005).

O uso da avaliação em uma perspectiva democrática, só poderá acontecer se forem superados o caráter de terminalidade e de medição de conteúdos aprendidos, tão presentes nas práticas escolares, a fim de que os resultados da avaliação possam ser entendidos como indicadores para a reorientação da prática educacional.

Nas concepções tradicionalistas de avaliação é comumente observável o autoritarismo, que decorre do julgamento das condutas e atitudes dos alunos, sem reflexão, com base em modelos subjetivos, sem levar em consideração os valores e princípios que norteiam a instituição de ensino (HOFFMANN, 2001).

A avaliação formativa não tem como objetivo classificar ou selecionar. De acordo com Bueno (2006) ela fundamenta-se nos processos de aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, afetivos e relacionais; fundamenta-se em aprendizagens significativas e funcionais que se aplicam em diversos contextos e se atualizam o quanto for preciso para que se continue a aprender

As mudanças no processo de avaliação estão relacionadas em primeiro plano à finalidade dos procedimentos e não em modificar tais instrumentos. Contudo é válido considerar que tem ocorrido um processo de modificação e alteração nos modelos avaliativos de algumas instituições a começar pelos procedimentos em si, não sendo enfatizado preliminarmente as reflexões sobre os princípios que norteiam a prática dos profissionais (HOFFMANN, 2001).

O processo avaliativo dentro dos novos moldes desta educação centrada no diálogo e na valorização do que o aluno pode produzir deve ainda, atingir a escola, enquanto instituição, utilizando-se instrumento que possa diagnosticar possíveis falhas no trabalho do professor, preservando os pontos positivos e buscando solução para as falhas.

O novo paradigma avaliativo parte de uma avaliação classificatória, seletiva para um posicionamento que esteja a serviço do processo ensino-aprendizagem e especialmente da promoção da cidadania, buscando significar o

processo de aprendizagem a partir de uma intervenção pedagógica que visa o desenvolvimento do indivíduo (HOFFMANN, 2001).

No processo de mudança descrito no parágrafo anterior a auto-avaliação é um instrumento que passa a ser valorizado no âmbito avaliativo, utilizado especialmente para observar o posicionamento que os alunos tem de si. O uso desse tipo de avaliação requer que os alunos sejam orientados a serem verdadeiros, e para tanto eles devem ser conscientizados de que o mais importante é a visão do professor em relação aos aspectos a serem melhorados e não a pontuação.

A auto-avaliação constitui um instrumento valioso para construir e reforçar a autonomia das pessoas, pressupondo que o professor seja um agente promotor e disseminador da democracia. Nessa modalidade o aluno deve falar de forma livre, sem temores, expressando não só o que sabe, mas o que pensa (PELLEGRINI, 2003).

Ao optar por uma avaliação formativa em relação à história o professor poderá atribuir aos alunos a responsabilidade de corrigir suas questões, valorizando-os como construtores do seu próprio conhecimento. Esse tipo de procedimento produz uma melhoria no rendimento da aprendizagem, pois, ao identificar seus erros, os alunos procuram corrigi-los e assim reforçam o aprendizado da informação correta.

O maior valor da auto-avaliação é o valor que o pensamento do educando possui, uma vez que os teóricos enfatizam que o método da auto-avaliação estava baseado na investigação-ação. Tudo aquilo que se fazia em sala de aula estava baseado neles – alunos – e não na atitude unilateral do professor, por isso, tudo era discutível, desde o conteúdo aplicado até a decisão de rever determinados atos do professor em sala de aula. A ação era determinada pela investigação diária feita pelo aluno e pelo professor. A tomada de decisão era de ambos (PELLEGRINI, 2003).

A avaliação das aprendizagens deve acontecer de forma relacionada com as oportunidades oferecidas, isto é, analisando a adequação das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar.

A realização, implantação e vivência de uma efetiva avaliação formativa deve se dar gradativamente e continuamente. A avaliação formativa não tem como objetivo classificar ou selecionar. Fundamenta-se nos processos de aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, afetivos e relacionais; fundamenta-se em aprendizagens significativas e funcionais que se aplicam em diversos contextos e se atualizam o quanto for preciso para que se continue a aprender (BUENO, 2006).

A configuração do processo avaliativo de acordo com o novo modelo educacional deve ser voltada tanto para o diagnóstico das reais potencialidades dos alunos e de suas necessidades, objetivando levar o professor a adequar seu trabalho de acordo com tais características, como para a formação dos alunos, manifestando-se no que se denomina avaliação formativa.

Esse enfoque é fundamentado na avaliação do que se ensina, encadeando, ou seja, a avaliação ocupa o mesmo patamar do processo de ensino, contexto no qual é possível falar em avaliação inicial (avaliar para conhecer melhor o aluno e ensinar melhor) e avaliação final (avaliar ao finalizar um determinado processo didático).

2 ASPECTOS DO HISTORIADOR COMO NORTEADOR DO PROCESSO AVALIATIVO

Até esse momento foram abordados fatos gerais relativos ao processo avaliativo, uma vez que as mudanças em curso no desenvolvimento desse componente do ato educativo atingem todas as disciplinas escolares.

Realizar reflexões acerca da formação docente e o ensino de História no contexto social e histórico atual pressupõe analisar a dinâmica social e relação por ela exercida com o processo de formação e atuação docente, uma vez que estas ligam-se diretamente ao processo de formação do indivíduo, relacionando-se com as práticas pedagógicas (CEREZER, 2007).

A importância de analisar o processo histórico que permeia a prática pedagógica pode ser analisada com mais eficiência a partir do parágrafo seguinte. “A compreensão desse processo histórico nos aponta para a necessidade de alterar a situação até hoje existente, no sentido de colocar-se a serviço dos interesses das camadas e de um projeto de transformação social” (VASCONCELOS, 2005, p. 117).

A avaliação em história, assim como em outras disciplinas do processo ensino-aprendizagem não pode desprezar a valorização da expressão livre, que é o ato de dar a palavra ao aluno, dar-lhe meios de se expressar e de se comunicar. Para tanto deve ser criado um ambiente marcado por dinâmicas nas quais a palavra do aluno seja acolhida, ouvida, discutida, valorizada, constituindo-se em uma modalidade de avaliação, na qual o professor poderá proceder aos devidos registros.

O professor de História é um instrumento importante na análise conjuntural do país, devendo ir além da ideologia que envolve as instituições educativas, que acabam sendo representantes oficiais dos interesses das classes dominantes (CEREZER, 2007).

A influência exercida pelo professor de história pode ser observada pelo fragmento destacado a seguir:

[...] o professor de história com sua maneira própria de ser pensar, agir e ensinar, transformar seu conjunto de complexos saberes em conhecimentos efetivamente ensináveis, faz com que o aluno não apenas compreenda, mas assimile, incorpore e reflita sobre esses ensinamentos de variadas formas. É uma reinvenção permanente (FONSECA, 2003, p. 71).

No âmbito das avaliações do professor de história é importante analisar a multiplicidade de versões que os fatos históricos podem interpretar segundo a ideologia de cada grupo, ou mesmo de cada historiador. Para uma efetiva compreensão desta discussão é preciso partir inicialmente do significado da palavra História, como é exposto categoricamente pelo fragmento abaixo:

“História” é uma palavra de origem grega, que significa investigação, informação. Ela surge no século VI antes de Cristo (A.C.). Para nós, homens do Ocidente, a história, como hoje a entendemos, iniciou-se na região mediterrânea, ou seja, nas regiões do Oriente Próximo, da costa norte-africana e da Europa Ocidental. Antes disso, porém, vemos que os homens, desde sempre, sentem necessidade de explicar para si próprios sua origem e sua vida. A primeira forma de explicação que surge nas sociedades primitivas é o mito, sempre transmitido em forma de tradição oral. Entre os conhecimentos práticos, transmitidos oralmente de geração a geração, essas sociedades incluem explicações mágicas e religiosas da realidade (BORGES, 1986, p. 10 – 11).

Os conteúdos de história não podem ser escolhidos de forma linear e rígida conforme estão dispostos nos livros didáticos. Fica a cargo do professor selecionar e adequá-los a realidade dos alunos com quem atua (BARBOSA, 2010).

É importante considerar que o mesmo objeto de investigação pode ser interpretado diferentemente por diferentes práticas discursivas, bem como existem diferentes leituras interpretativas no tempo e no espaço. Ele é passível de diferentes interpretações por diferentes discursos; e que, até no âmbito de cada um desses discursos, há interpretações que variam e diferem no espaço e no tempo, conforme complementa o fragmento a seguir:

São os homens que fazem à história; mas, evidentemente, dentro das condições reais que encontramos já estabelecidas, e não dentro das condições ideais que sonhamos. Eis aí a razão de ser, a justificativa da história, em seu segundo sentido: o conhecimento histórico serve para nos fazer entender, junto com outras formas de conhecimento, as condições de nossa realidade, tendo em vista o delineamento de nossa atuação na história (BORGES, 1986, p. 45).

Comumente os historiadores elaboram as ferramentas analíticas e metodológicas para extrair das paisagens as suas maneiras próprias de observá-las e expressar a seu respeito. A maneira com a qual o historiador tenta entender o passado é importante para determinar as possibilidades do que a história é e pode ser, até porque a pretensão da história ao conhecimento é o que a torna o discurso que é, ou seja, os historiadores não costumam considerar-se ficcionistas, embora possam proceder desta forma inconscientemente (BORGES, 1986).

A história, como forma de explicação, nasce unida à filosofia. Desde o início elas estão bastante ligadas; é a filosofia que vai tratar do conhecimento em geral. Em seu início o campo filosófico abrange embrionariamente todas as áreas que posteriormente se iriam afirmar como autônomas: a matemática, a biologia, a astronomia, a política, a psicologia, etc. São os próprios gregos que descobrem a importância específica da explicação histórica.

A disciplina de história só cumprirá seu papel de formação, emancipação e libertação através do trabalho do professor, desde que devidamente fundamentado na análise reflexiva. Esse aspecto destaca a importância de aproximar o conteúdo da realidade vida pelo educando (CEREZER, 2007).

Ao se conciliar o passado com a história, surgem três campos teóricos muito problemáticos. São áreas da epistemologia, da metodologia e da ideologia, cada uma das quais precisa ser explicada se o objetivo é entender a concepção do que é a história. Os historiadores em geral não conseguem abarcar e assim recuperar a totalidade dos acontecimentos passados, porque a essência desses acontecimentos é ilimitada. Desta forma é possível relatar apenas uma fração do que já ocorreu (BORGES, 1986).

No âmbito avaliativo vale considerar que o relato histórico em geral não corresponde exatamente ao passado, uma vez que o seu volume inviabiliza a história total. A maior parte das informações sobre o passado nunca foi registrada, e a maior parte do que permaneceu é fulgaz. A história depende dos olhos e da voz de

indivíduos, ou seja, as pessoas vêm através de intérpretes, que se interpõe entre os acontecimentos passados e a leitura que é feita deles (BORGES, 1986). Assim destaca-se a função da história conforme complementa o fragmento a seguir:

A função da história, desde seu início, foi a de fornecer à sociedade uma explicação de suas origens (ou seja, uma explicação genética). A história se coloca hoje em dia cada vez mais próxima às outras áreas do conhecimento que estudam o homem (a sociologia, a antropologia, a economia, a geografia, a psicologia, a demografia, etc.), procurando explicar a dimensão que o homem teve e tem em sociedade....A história procura especificamente ver as transformações pelas quais passaram as sociedades humanas. A transformação é a essência da história; quem olhar para trás, na história de sua própria vida, compreenderá isso facilmente. Nos mudamos constantemente; isso é válido para o indivíduo e também é válido para a sociedade. Nada permanece igual e é através do tempo que se percebem as mudanças (BORGES, 1986, p 76-47).

Em harmonia com a concepção de Borges (1986) exposta no fragmento acima, pode-se afirmar que a história é um discurso em constante transformação construído pelos historiadores e que da existência do passado não se deduz uma interpretação única não havendo espaço para instrumentos avaliativos quantitativos.

O fato de que a história propriamente dita seja uma construção ideológica quer dizer que ela está sendo constantemente retrabalhada e reordenada pelos estudiosos que, em diferentes graus, são influenciados pelas relações de poder, uma vez que todos, independentemente de classe têm suas próprias versões do passado para legitimar suas respectivas práticas.

No que se refere ao processo avaliativo dos alunos do curso de história pode-se seguir a perspectiva exposta no fragmento destacado a seguir:

É fundamental ver o aluno como um ser social e político, sujeito do seu próprio desenvolvimento. O professor não precisa mudar suas técnicas, seus métodos de trabalho, precisa, isto sim, ver o aluno como alguém capaz de estabelecer uma relação cognitiva e afetiva com o meio circundante, mantendo uma ação interativa capaz de uma transformação libertadora (SANT'ANA, 1995, p. 26).

Alguns historiadores elaboram modos de trabalhar para reduzir a influência interpretativa, desenvolvendo métodos rigorosos que eles tentam universalizar das mais variadas maneiras, objetivando que, se todos seguissem tais métodos, um alicerce de habilidade, conceitos, rotinas e procedimentos poderia permitir chegar à objetividade.

O importante e essencial é que o trabalho do historiador se fundamente numa pesquisa dos fatos reais, comprovados concretamente. Em geral, é mais comum, sobretudo em realidades históricas mais próximas de nós, que os vestígios dessas realidades sejam inúmeros e que o trabalho do historiador se inicie por uma seleção desses dados.

A partir dos aspectos anteriormente explicitados que caracterizam o papel e atuação do historiador é possível enfatizar que o processo ensino aprendizagem desse profissional deve ser algo que o leve ao desenvolvimento do senso crítico em relação aos fatos históricos. Nesse âmbito a avaliação deve ter o objetivo fundamental de apresentar ao professor o nível de compreensão dos alunos, bem como sua capacidade de interpretar os fatos.

3 ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O PROCESSO AVALIATIVO NOS CURSOS DE HISTÓRIA

A perspectiva vigente sobre o processo avaliativo a partir da Lei n. 9.394/96 contradiz as antigas concepções de cunho tradicionalista, que infelizmente ainda são preservadas em algumas localidades, e para as quais, o aprendizado de História acontece por meio da aplicação de exercícios mecânicos. Nesse tipo de educação os mecanismos de avaliação seguem os mesmos moldes. Assim, não há como definir as formas e meios avaliativos se não houver uma definição clara da corrente pedagógica em que a escola e o professor estão inseridos.

É importante que os professores que atuam com História tenham seu senso de pesquisa desenvolvido, conforme pode-se observar no fragmento a seguir:

As Diretrizes Curriculares para o Curso de História, não priorizam, ou sequer colocam em paridade, os estudos da área pedagógica em relação à pesquisa, mas prioriza esta última, quando diz que é necessário formar o professor para o exercício da pesquisa no campo da História e da historiografia (BARBOSA, 2009, p. 3).

O fracasso somente é entendido como grave, quando o indivíduo não é capaz de analisar e refletir sobre o que provocou o seu insucesso (SANTOS, 1996). Dentro dessa perspectiva, avaliar e analisar as razões da incapacidade momentânea dos alunos em relação ao conteúdo história constitui-se em uma retomada de postura por parte do professor, tanto no sentido de buscar novas metodologias,

como de valorizar as competências e habilidades apresentadas pelos alunos, uma vez que instrumentos tradicionais de avaliação não conseguem tal subjetividade.

Entende-se que a aprendizagem de história requer que os professores atuem a partir dos erros e das dificuldades, buscando constantemente dispositivos e procedimentos didáticos para mediar à relação entre o educando e o conhecimento. Nesse âmbito a educação deve se preocupar em primeiro plano, com a criação de condições motivadoras, de forma que não há espaço para instrumentos avaliativos que simplesmente quantificam os resultados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9.394/96, determina que a avaliação deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos em relação aos quantitativos. Assim deve haver uma maior valorização dos resultados obtidos pelos estudantes durante o período letivo, não havendo ênfase na nota da prova final.

A avaliação conforme preconiza a Lei n. 9.394/96 deve acontecer contínua e sistematicamente através da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno, possibilita o conhecimento do quanto ele se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos da escolaridade, em função da intervenção pedagógica realizada.

A interatividade entre professor e aluno durante a aula de história constitui o aspecto fundamental para possibilitar a construção do saber histórico, transformando a prática pedagógica em uma to político. Para atuar nesses moldes o professor deve ser um profissional reflexivo e pesquisador (CEREZER, 2007).

Diante do exposto acima vale ressaltar mais uma vez que, cai por terra o caráter punitivo da avaliação, aquele em que ela não passa de uma medida que estabelecia a quantidade conhecimentos que havia sido colocado dentro da cabeça dos alunos. Desta forma, na perspectiva de uma educação inserida nas concepções contemporâneas de aprendizagem é preciso que o processo avaliativo também seja remodelado e adaptado às novas perspectivas, vinculando-se mais diretamente a um trabalho de diagnóstico que propicie aos professores a realização de um trabalho mais adequado com as reais capacidades dos alunos.

Os tipos de instrumentos avaliativos que formavam o eixo do processo de avaliação no passado já não mais são aceitos como eficazes. Ou seja, a perspectiva quantitativa, onde medida-se a quantidade do conteúdo aprendido pelos alunos através de testes e provas, não mais responde às perspectivas educacionais, que

apesar de manter os mesmos instrumentos, direciona-os a finalidades mais amplas, onde o mais importante é readaptar as metodologias às dificuldades apresentadas pelos alunos.

Diante do novo modelo educacional a avaliação tem como direção, realizar uma busca de respostas que relatem a qualidade dos conteúdos aprendidos pelos alunos, bem como a capacidade que eles possuem para lidar com as informações. Assim, esta nova modalidade de avaliação deve ser obtida observando a participação dos alunos nas discussões dos conteúdos de forma contínua e cumulativa.

A ação pedagógica do professor de história apresenta uma dimensão formadora e libertada conforme pode ser comprovado através da leitura do fragmento a seguir:

[...] ajuda o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias para aprender a pensar historicamente, o saber fazer, o saber-fazer-bem, lançando os germes histórico. Ele é o responsável por ensinar ao aluno como captar e valorizar a diversidade das fontes e dos pontos de vista históricos, levando-o a reconstruir, por adução, o percurso da narrativa histórica. Ao professor cabe ensinar ao aluno como levantar problemas, procurando transformar, em cada aula de história, temas e problemática em narrativas históricas (SCHIMIDT e CAINELLI, 2004, p. 30).

A realização eficaz da avaliação formativa pressupõe um trabalho pedagógico de conscientização dos alunos da necessidade de serem honestos consigo mesmos, mostrando-lhes que esta tem a função de gerar aprendizagem e apontar necessidades de melhorias em detrimento a uma mera pontuação. Promovendo um trabalho dessa natureza o professor estará tornando os alunos autônomos e capazes de se avaliar independentemente da postura do outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a concepção dos teóricos estudados na construção desse artigo, a avaliação dos alunos do curso de Licenciatura em História deve se apresentar como algo útil para as partes envolvidas, ajudando no auto-conhecimento dos alunos e análise das estratégias utilizadas pelos professores com vistas à realização das adequações necessárias. Nessa perspectiva, a participação dos alunos no processo de definição dos critérios e nos rumos da avaliação implica

decisões conjuntas, onde cada um assuma sua responsabilidade no processo de construção do conhecimento.

Foi possível compreender que a avaliação dos alunos do curso de Licenciatura em História deve transcender a mensuração quantitativa exigida pelo sistema de ensino, pois vive-se em educação, um momento em que todos os seus componentes são remodelados em face das características da sociedade atual. Assim a partir do momento em que se colocou em prática os questionamentos para a promoção de uma educação libertado, a avaliação também deve ter outras características.

A avaliação dos alunos do curso de Licenciatura em História, ao não se restringir ao julgamento sobre seus sucessos ou fracassos, apresenta a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica no processo de reconstrução dos conceitos. Nesse sentido ela deve acontecer contínua e sistematicamente através da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelos alunos nas diversas atividades que compõem o estudo das disciplinas do curso de História.

A configuração do processo avaliativo no curso de História, de acordo com o novo paradigma deve ser voltada para o diagnóstico das reais potencialidades dos alunos e de suas necessidades, objetivando levar o professor a adequar seu trabalho de acordo com tais características. Assim, o caráter quantitativo da avaliação deve ceder lugar para uma abordagem que apresente a leitura crítica individual dos fatos históricos feita por cada indivíduo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria de Lurdes Mattos Dantas. **Ensino de História e a Formação do Professor**. Disponível em: www.lurdes.prosaeverso.net. Acesso em: 13 jan 2010.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História?**. 9 ed, São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história**: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BUENO, Marcelo Cunha. **Avaliação – Um olhar que produz sujeitos e sentidos**. 2006. Disponível em: <http://profissaomestre.com.br>. Acesso em: 17 setembro 2009.

CEREZER, Osvaldo Mariotto. **Formação de professores e ensino de história: perspectivas e desafios**. Revista Espaço Acadêmico, n. 77, outubro, 2007.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PELLEGRINI, Denise. Avaliar para ensinar melhor: da análise diária dos alunos surgem maneiras de fazer com que todos aprendam. **Revista Escola**, 2003.

SANT'ANA, I. M. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e Instrumentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

TEIXEIRA, Gilberto. **Técnicas e Instrumentos de Avaliação**. 2006. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br>. Acesso em: 17 setembro 2009.

VASCONCELOS, Iolane. A metodologia enquanto ato político da prática educativa. In: CANDAU, Vera Maria (org). **Rumo a uma nova didática**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.